

ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Capa: Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

e qual a sua sazonalidade? Como viviam, quando em toda a faixa litoral, muito mais povoada, encontrariam climas mais amenos e recursos alimentares mais variados? Porque resolveram investir de tamanha carga simbólica um ignoto vale fluvial, em tudo oposto ao conceito de *axis-mundi* que tanto tem servido para explicar outras ocorrências? Hoje, em toda a Europa, haverá quem faça estas perguntas. Com a consciência de que o mais interessante virá depois, quando tivermos de abandonar modelos antigos, para erguer outros onde a vida dos caçadores do Côa tenha pleno cabimento¹.

¹ Este texto veio a ser completado, na mesma página do “Diário de Notícias”, em 2 de Fevereiro seguinte, pela seguinte nota:

Há duas semanas deixámos expressa nesta página alguma prudência quanto à definitiva atribuição das gravuras do Côa ao Paleolítico Superior. Desde então tivemos conhecimento mais pormenorizado das descobertas feitas no sítio de Siega Verde, ao longo de 3 km do vale do rio Águeda, afluente do Douro, a cerca de 30 km do Côa. Segundo os dados preliminares obtidos por uma equipa dirigida por Rodrigo Balbín, professor catedrático de Pré-História na Universidade de Alcalá de Henares, num total de quase 100 painéis e 600 gravuras, metade das quais figurativas, regista-se ali pela primeira vez a representação de animais extintos no final da “Idade Glacária” (rinoceronte, rena, veado de grande porte, bisonte e alguns felinos). A própria percentagem de ocorrência dos diferentes signos abstractos e espécies de animais, assim como a sua distribuição espacial, fazem aproximar notavelmente o núcleo espanhol do tipo de universo estruturado próprio dos santuários paleolíticos em gruta. Na base destes dados, deixa de haver *qualquer dúvida* quanto à existência de um conjunto de arte rupestre paleolítica na bacia média do Douro — porventura uma nova “província artística” daquele período na Europa. Dir-se-ia que, na ausência de cavidades expressivas, que só uma rede cársica desenvolvida poderia proporcionar, os caçadores durienses representaram ao ar livre as mesmas mitologias, revelaram a mesma cosmovisão, que noutros lugares “esconderam” em cavernas. A datação paleolítica das gravuras do Côa, incluídas estilisticamente neste imediato contexto arqueológico (e não apenas em longínquos modelos de suposto valor universal), fica substancialmente reforçada, senão definitivamente esclarecida. Resta apenas esperar que as equipas encarregadas do seu estudo tenham a humildade de as observar sem o espantilho das ideias-feitas e do auto-convencimento. Mas isso é outra história... Por agora, ainda estamos na batalha mais elementar: a da sua preservação. Ora, importa ter presente que, havendo quem sugira ser o núcleo do Côa 10 vezes maior do que o de Siega Verde, ele passa a poder constituir o centro do único santuário paleolítico de ar livre conhecido em todo o Mundo! Nestas condições, a sua importância é tal que deixa a partir de agora de ser admissível continuar a haver quem, arqueólogo, político ou mero cidadão, possa resistir ao grito que o verdadeiro bom senso nos dita: “Parem a barragem, já!”.

O BETÃO TAMBÉM SE ABATE*

por

Mário Melo Rocha**

Com 20 séculos de existência estimada, as gravuras rupestres de Foz Côa correm o risco de ter de ser visitadas de escafandro ou, em visita guiada, de submarino. Tudo porque, se não for impedida, a construção de uma barragem tornará visível aos peixes o que a respectiva albufeira priva dos olhos dos homens. Grande consolo...

Como sempre acontece nestas coisas, o caminho começou no segredo dos gabinetes técnicos e era suposto dali não transpirar. Quando foi conhecido, mesmo antes da divulgação pela comunicação social da existência em grande escala das gravuras, logo veio o argumento do “progresso” e do “desenvolvimento”. Mas quando a imprensa estrangeira mais prestigiada cobriu a situação e concedeu páginas inteiras ao assunto, fazendo com que se deslocassem ao local arqueólogos de todo o lado e das mais variadas escolas, aí a argumentação em favor do betão passou a desdobrável publicitário para consumo dos incautos. Primeiro argumento em favor do betão: começou a fazer-se crer que Portugal é um país com forte dependência energética do exterior. *Falso*. Dizem os técnicos que a dependência energética do exterior é inferior a um por cento. Segundo argumento pró-betão: os postos de trabalho que a construção da barragem criaria para as populações locais. *Falso*. Dizem os engenheiros especialistas que, nas actuais barragens, a manutenção é feita por um reduzido número de técnicos, o que demonstra que a criação de postos de trabalho seria temporária, cingindo-se à construção da obra. Terceiro argumento pró-betão: a atracção turística, de desporto e lazer, que a albufeira da barragem constituiria. *Falso*. Comprovadamente, o fluxo turístico das albufeiras das barragens é pequeníssimo, não constituindo qualquer atracção significativa. Acresce, para concluir a desmontagem desta teia falsa como Judas, que é sabido que os técnicos estimam poder otimizar e massificar a médio prazo

* Publicado no jornal *Diário de Notícias*, de 11-02-95.

** SEDES (Porto).

outras fontes de energia, o que quer dizer que o tempo médio de vida da barragem seria relativamente reduzido.

Que fazer, então, nesta encruzilhada na qual é crescente o cepticismo em torno da compatibilização entre a preservação das gravuras e a construção da barragem? Parece quixotesco defender a pura e simples preservação das gravuras, tal como se conhecem hoje, como mera atracção turística. E, sobretudo, seria pernicioso fazê-lo por lhes retirar a importância que têm. A confirmar-se, como tudo o indica, que o que se encontrou em Foz Côa é a parte visível de uma *província artística do Paleolítico* (a designação é dos arqueólogos) que se estenderia Espanha dentro, único espaço no mundo a céu aberto conhecido, não pode deixar de se pensar, como a SEDES fez, no aproveitamento do achado como motivação para a constituição de um centro universitário internacional de estudo e investigação do Paleolítico, que aí teria a sua sede, trabalhando em estreita cooperação com outros centros de outros países. O que, aliás, sempre traria consigo a criação de postos de trabalho *duradouros* para as populações locais. E o que sempre devolveria a quem trata de nos dar a conhecer a História o usufruto das gravuras para estudo e investigação: a comunidade científica.

Se a Grécia se agitou nos últimos dias com o pretendido (e parece que pretenso) achado do túmulo de Alexandre, “o Grande”, o que diria (e já disse) a comunidade internacional de Portugal, se um achado arqueológico com vinte mil anos, unanimemente reconhecido (o que não sucedeu na Grécia), fosse submerso pela decisão de permissão da construção de uma barragem? E não esgrimam com documentos da UNESCO, que valem como documentos técnicos (que é o que são) e não como textos de onde se possa extrapolar salvaguardas interpretativas como justificação de decisões que são políticas.

As gravuras de Foz Côa valem pelo que são. Têm um *valor intrínseco* e não podem ser pesadas na balança cujo fiel é dado por estritos e estreitos critérios de rentabilidade, produto do deve e haver dos tecnocratas cinza. Uma realidade histórica e cultural com vinte séculos de existência estimada não pode ser olhada à luz de critérios tecnocratas, que são impenetráveis e insensíveis a todos os valores que escapem à imediata contabilização economicista.

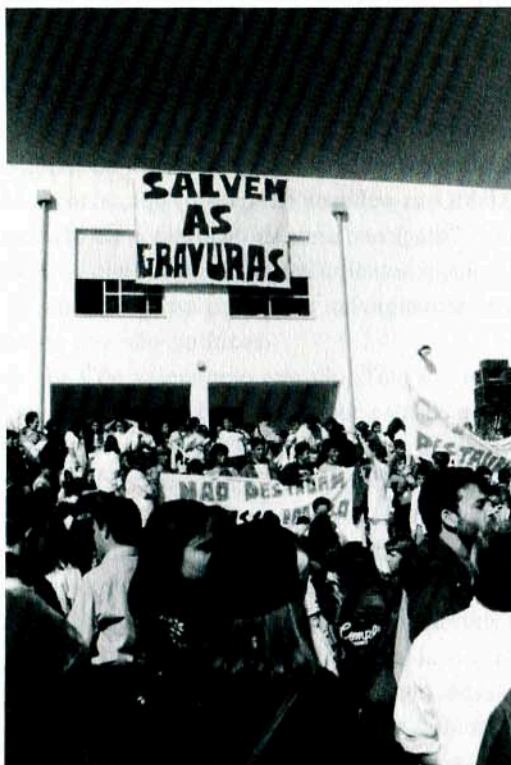
Eu sei que os tecnocratas cinza não se emocionam com causas históricas e culturais, se não virem associados a elas factores de rentabilidade imediata. Também sei que a sociedade civil portuguesa está adormecida e que acorda tarde para as causas, como sei o que são *lobbies* e como funcionam. Mas, por uma vez, não envergonhem Portugal e não façam com que um dia os nossos filhos nos chamem ignorantes.

A causa de Foz Côa é uma causa nacional, que deve motivar um forte movimento cívico, que, com a sua voz, pressione o(s) poder(es) político(s) em vista do respeito por um legado com vinte séculos.

Se avançarem com a barragem e inundarem tudo, os homens que riscaram as pedras de Foz Côa, lá donde se encontrem, olharão os responsáveis pela decisão e pensarão neles como figuras que trocam a História com vinte séculos pelo betão para quarenta anos. Não pensarão grande coisa de tais figurinhas...

O betão também se abate. E os *lobbies*?

P.S. – *A uma semana do Congresso do PSD, qual é a posição de cada um dos candidatos a líder do partido sobre as gravuras de Foz Côa? São favoráveis a que vejamos as figuras em terra ou de escafandro?*



Fevereiro de 1995 — dois aspectos de manifestações de estudantes em prol da conservação das gravuras do Côa: em cima, junto às obras da barragem; em baixo, em frente à Escola Secundária de V. N. de Foz Côa. Fotos V. O. Jorge.

DA CRÍTICA DO PLANO HIDROLÓGICO ESPAÑHOL AOS ACTUAIS IMPASSES DA NOSSA POLÍTICA DE AMBIENTE*

por

Mário Baptista Coelho**

A Lei de Águas espanhola — texto tão invejável e progressista como o Plano Hidrológico Nacional Espanhol (PHNE) o é obsoleto e irresponsável — estipula, na alínea 2 do seu artigo 13º, um necessário “respeito pela unidade das bacias hidrográficas, pelos sistemas hídricos e pelo ciclo hidrológico”, colocando assim, e muito bem, o ponto fulcral desta questão. À luz de consensos considerados básicos pela comunidade científica e pelo direito internacional, é, para todos os efeitos, inquestionável que as bacias hidrográficas formam e devem ser tidas como um todo indissolúvel. Eventuais fronteiras nacionais que seccionem o seu curso são, de facto, pouco mais que um mero acidente de percurso que em nada altera essa sua natureza intrinsecamente integrada. Contudo, o PHNE ignora por completo, e olímpicamente, esse facto aparentemente óbvio — não referindo sequer Portugal ao longo do seu texto. Muito oportunamente, o deputado europeu Barros Moura apresentou, no PE, uma proposta de resolução visando o estudo conjunto dos nossos recursos comuns. A parte portuguesa, por seu lado, tem vindo a mudar radicalmente de posição — para melhor, felizmente. Das inqualificáveis posições do duo Borrego/Taveira, passou-se, lentamente e já com a actual equipa do MARN, para posições cada vez mais conscientes da extrema relevância da questão — sobretudo depois da Presidência Aberta do Ambiente —, até chegarmos, na Cimeira Luso-Espanhola do Porto, à defesa, penso que convicta, da “partilha integrada e equitativa dos nossos recursos hídricos comuns”. Longa estrada esta e, convenhamos, reconheça-se o mérito a quem o merece. Mantendo, porém, uma lógica negocial assente no secretismo, Portugal efectivamente deu-se ao luxo de desperdiçar um fabuloso potencial de pressão sobre a Espanha, visto a nossa opinião pública começar a dar sinais e a estar razoavelmente mobilizada.

* Publicado no jornal *Público*, de 21-02-95.

** Docente universitário, colaborador da Presidência da República.